

V

OS PROJETOS PROFISSIONAIS EM DISPUTA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO E DO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO NA ATUALIDADE

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues¹

1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre os projetos profissionais em disputa por hegemonia no Serviço Social brasileiro na atualidade. Tendo em vista a adesão maciça de parte da categoria aos projetos do campo conservador, retomamos a relação genética entre Serviço Social e conservadorismo. A partir deste resgate, apontamos os processos sociais que vêm impondo à profissão tendências neoconservadoras, como o Serviço Social Clínico, movimento que exige nossa atenção.

A metodologia utilizada é a da revisão bibliográfica. Apresentamos aqui extratos dos estudos realizados na Universidade Federal de Juiz de Fora ao longo do processo de especialização em Atenção Hospitalar (modalidade residência multiprofissional)², da inserção enquanto membro no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS)³ e da pesquisa que vem sendo desenvolvida no Mestrado em Serviço Social⁴.

A premissa apontada por Netto (2006) de que todo projeto profissional se ancora em um projeto de sociedade é crucial para as

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: carolinanascimento15@hotmail.com.

² Concluída em 2020.

³ Desde 2016.

⁴ Desde 2024, com previsão de conclusão em 2026.

reflexões que traremos. Sabe-se que todo projeto profissional tem direcionamento ético e político e está subsidiado por matrizes teóricas, que lhe oferecem lentes para leitura da realidade. A diferença está no fato de que alguns projetos são funcionais à conservação do modo de produção capitalista e o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social brasileiro na atualidade se propõe a propagar valores que tensionam essa ordem, uma vez que se ancora na fundamentação marxista (Guerra, 2023).

É essa fundamentação (a única) que permite à profissão a compreensão de seus fundamentos (Guerra, 2023). Na esteira do que apontam Netto (1996) e Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social surge no capitalismo monopolista para atuar nas políticas sociais que nascem como respostas às reivindicações dos trabalhadores, na direção da produção de consenso⁵. Logo, a gênese da profissão é marcada pelo conservadorismo. Não é coincidência, portanto, sua adesão ao ideário da Igreja Católica (Yazbek, 2018). Há ainda as pesquisas que apontam a aproximação da profissão com as políticas nazi-fascistas próprias do Governo Vargas (Horst; Mioto, 2017), higienistas (Gonçalves, 2018) e posteriormente, com o positivismo (Cunha; Nunes, 2020).

Essas influências que marcam o surgimento da profissão nunca foram totalmente superadas e no contexto regressivo atual, marcado pelo ultraneoliberalismo e neoconservadorismo - em escala internacional - são retomadas sob novas roupagens (Mota; Rodrigues, 2020). Mota e Rodrigues (2020) informam que o neoconservadorismo é marcado pela heterogeneidade de doutrinas ideológicas. Entretanto, apresenta pontos comuns como: exaltação da família tradicional, propriedade e mercado; críticas contundentes às conquistas no plano dos direitos individuais, sociais, trabalhistas e humanos. Além disso, as auto-

⁵ Na vivência brasileira (que nos interessa aqui), isso ocorre no contexto de expansão da industrialização e urbanização, vivenciadas na Era Vargas, na década de 1930. Com o acirramento da “questão social”, enquanto conflito entre capital e trabalho (e a explicitação política deste conflito pela classe trabalhadora que então se formava), as políticas sociais surgem como respostas estatais no sentido de assegurar a reprodução da força de trabalho, mas também como expressão da luta de classes (Iamamoto; Carvalho, 2014).

ras apontam para a retração do Estado em relação às políticas sociais, marcadas por contrarreformas e ajustes fiscais. Esse processo vem acompanhado do recrudescimento da coerção e do autoritarismo. É nesse contexto social, econômico e político que movimentos retrógrados como o Serviço Social Clínico ganham expressão como movimento organizado dentro da profissão, tendo como seus principais defensores profissionais formados antes da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, estudantes e profissionais formados pelo ensino à distância (Cunha; Nunes, 2020), sindicatos de Assistentes Sociais (Rodrigues, 2020) e outros.

2. Projetos profissionais no Serviço Social e a disputa por hegemonia

Baseado na análise de Cardoso (2013), podemos afirmar que todo projeto coletivo é um projeto ético e político, pois pressupõe escolhas e estas estão sempre pautadas por valores, mesmo que não se tenha clareza disso. “Tenhamos consciência ou não, somos subsidiadas e subsidiados por explicações, fundamentos que orientam nossa interpretação sobre a vida, sobre a sociedade, sobre a profissão etc., e por uma visão de mundo, por projetos de sociedade” (Guerra, 2023, p.46).

Netto (2006) afirma que todo projeto profissional está vinculado a um projeto societário, no caso do chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social, os valores que o conformam – liberdade, igualdade, cidadania, democracia, justiça social - se relacionam com a superação da ordem capitalista. Entretanto, a profissão surge exatamente para atender a uma demanda de conservação do capitalismo, via execução de políticas sociais do Estado burguês numa fase específica de seu desenvolvimento, como problematizaremos posteriormente.

Nesse aspecto reside uma das complexidades do Serviço Social, pois apesar de receber o estatuto de profissional liberal, a profissão, no Brasil, se desenvolveu através do trabalho assalariado (Iamamoto;

Carvalho, 2014), tendo o Estado como o seu principal empregador e o âmbito das políticas sociais como seu maior espaço sócio-ocupacional. Essa contradição marca o exercício profissional do Assistente Social, pois, nenhum trabalhador assalariado possui completa autonomia sob o processo de trabalho em que está inserido, uma vez que depende dos meios ofertados por uma instituição para a execução das suas ações. Contudo, no caso do Serviço Social, alguns elementos apontados pelos autores garantem relativa autonomia aos profissionais, como: a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética, a formação acadêmica de nível superior amparada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), entre outros. Tais aparatos permitem que a categoria possa, coletivamente, defender princípios que se contrapõem à hegemonia burguesa.

Além disso, o trabalho profissional de Assistentes Sociais é balizado pelas concepções de realidade e de profissão em que se embasam através de matrizes explicativas (Guerra, 2023). Segundo Yazbek (2018, p.48), “esse modo de apreensão incorpora o movimento da história”. Ainda segundo a autora, a profissão se depara com diversas questões cotidianas que são inerentes à sociabilidade humana “em relação às quais se posiciona, quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo, considerados nessa abordagem como dimensões de uma mesma totalidade” (Yazbek, 2018, p. 48).

Segundo Guerra (2023, p. 46):

[...] nem todas as referências teórico-metodológicas que estão na base das Teorias Sociais apreendem os fundamentos histórico-ontológicos da realidade e da profissão. Aqui se faz necessário estabelecer a distinção entre aquelas fundamentações que se detêm na expressão fenomênica da realidade e da profissão tomada como a sua base de explicação, aquelas que consideram os fundamentos ontológicos da realidade como inacessíveis, aquelas que “desconfiam” da distinção entre aparência e essência e aquelas que reconhecem o papel da busca dos fundamentos na apreensão da lógica constitutiva dos processos e práticas sociais, no movimento que vai da aparência para essência.

Dito isso, podemos afirmar que o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social, alicerçado no pensamento marxista, se vincula a um projeto societário de ruptura com a ordem do capital, pois inspira-se em valores que só são materializados com a sua superação. Há outros projetos profissionais, que no campo conservador, contribuem para preservar a sociabilidade burguesa. Tais projetos utilizam-se de matrizes teóricas explicativas que ocultam a realidade. Dessa maneira, diversas propostas de direcionamento para o Serviço Social coexistem e disputam hegemonia. Isso fica explícito quando Netto (2006) aponta que no Projeto Ético-Político existem dois elementos: o imperativo e o indicativo. Imperativo porque existem um conjunto de regulamentações como o Código de Ética e outras legislações que são expressões materiais deste projeto e às quais o profissional deve, sob penas administrativas e jurídicas, se submeter. No entanto, ele também é indicativo, pois, por ser plural e hegemônico, convive democraticamente com outras correntes a ele alheias com as quais está em constante disputa ideológica.

Existem processos que contribuem para esse tensionamento. Ramos e Santos (2016, p. 209-210), nos trazem uma importante lembrança ao afirmar que “é fundamental o entendimento de que a ruptura com o conservadorismo significa, de fato, um processo histórico e, como tal, permeado de contradições, limites e desafios que se atualizam todos os dias”. As autoras apontam ainda, que as transformações que o capitalismo vem operando nas últimas décadas⁶, têm sido cruciais para entender o movimento no interior do Serviço Social que impõe o pragmatismo e a negação da cultura profissional crítica.

Guerra (2013) afirma que no cotidiano agimos a partir de juízos provisórios, geralmente alicerçados na fé e na confiança. Ou seja, a

⁶ Segundo Iamamoto (2014) o processo de financeirização e mundialização da economia está no centro de processos que vêm sendo tratados de forma autônoma, como: a contrarreforma do Estado, a reestruturação produtiva, a “questão social”, a ideologia neoliberal e o pensamento pós-moderno. Temas que interferem diretamente no Serviço Social e determinam o desenvolvimento da profissão na atualidade.

partir do senso comum. A autora aponta que se, enquanto Assistentes Sociais, não somos conhecedoras da teoria social (na qualidade de lente para leitura da realidade) que nos orienta, acabamos nos “tornando instrumento de manipulação da mesma” (Guerra, 2013, p.45). Essa tomada de consciência pode ser prejudicada pelo ecletismo, pois não é incomum que haja uma invasão pragmatista no marxismo (Guerra, 2013). Logo, pode haver Assistentes Sociais que se advogam como pertencentes do campo teórico marxista e defensores do Projeto Ético-Político hegemônico na profissão que, em última instância, possuam uma visão e um anseio utilitarista quanto aos mesmos, como se tivessem que se traduzir em respostas instrumentais imediatas às demandas colocadas no âmbito das políticas sociais (inundadas da lógica pragmática).

A onda conservadora no interior do Serviço Social ganha força também no processo formativo que não está imune às mudanças operadas pelo capital. Temos visto o aceleramento do tempo de graduação e o avanço da modalidade de ensino à distância, que dificultam a produção e disseminação de um conhecimento crítico (Ramos; Santos, 2016). Tal tendência encontra espaço e força na falácia disseminada por setores da profissão que afirmam não haver interlocução entre teoria e prática no Serviço Social e por conta disso defendem a necessidade de uma formação tecnicista, orientada para e pelos interesses do mercado de trabalho, asséptica e desprovida de criticidade. Em última instância, essa tendência se choca ao que o Projeto Ético-Político hegemônico se propõe enquanto projeto de profissão, contrariando seus valores e sua matriz teórica.

Ramos e Santos (2016), também evidenciam que as transformações no mundo do trabalho, como a precarização dos vínculos empregatícios, baixos salários, perda de direitos e demais fatores que impactam negativamente nas condições objetivas e subjetivas para a organização política da classe trabalhadora no geral, são processos que também afetam Assistentes Sociais. Segundo as autoras, a dificuldade da base da categoria profissional em se organizar coletiva/politicamente é uma das mediações necessárias para

compreender o avanço de projetos profissionais que disputam hegemonia com o chamado Projeto Ético Político.

Netto (2016) aponta a necessidade de uma elaboração teórica acerca da história recente do Serviço Social no Brasil, inclusive de forma a contribuir para o fortalecimento da direção social assumida hegemonicamente pela profissão. Nessa produção, o autor traz uma importante reflexão para o debate, pois segundo ele, o que vem se observando são atuações e defesas de concepções que contrariam os valores do Projeto Ético-Político hegemônico sem, no entanto, se confrontar diretamente com ele. Sinaliza ainda, que em nome do pluralismo, equivocadamente, correntes conservadoras justificam a coexistência de inúmeras matrizes teóricas divergentes para o direcionamento da profissão, resvalando em um completo ecletismo⁷. Dessa forma, fica evidente que conhecer as correntes ideológicas em disputa com o Projeto Ético-Político hegemônico se faz urgente e necessário, uma vez que é comum incorrer em equívocos quando não se tem clareza das bases teórico-filosóficas e ético-políticas que sustentam determinadas análises e práticas. Além disso, nessa mesma esteira, consideramos importante retomar a relação genética entre Serviço Social e conservadorismo, de forma a compreender a capilaridade da profissão para a incorporação de tendências neoconservadoras, em particular efervescência no contexto econômico e político atual. É o que discutiremos no tópico seguinte.

⁷ Nas palavras de Coutinho (1991, p.13): “[...] no terreno da ciência, natural ou social, o pluralismo não pode implicar o ecletismo ou relativismo [...]. É através da troca de ideias, da discussão com o diferente, que podemos afirmar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real. Não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Então é absolutamente necessário o debate de ideias [...], mas isso, a meu ver, não implica e não pode implicar no ecletismo. Isto é: não se pode pensar em conciliar pontos de vista inconciliáveis, em nome do pluralismo. Não é isso que o pluralismo tem a nos oferecer no terreno da ciência”.

3. A relação genética entre Serviço Social e conservadorismo: a capilaridade da profissão para a incorporação de tendências neoconservadoras

Conforme Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social surge enquanto profissão socialmente determinada pelo contexto histórico. A inserção dessa profissão se dá no processo de reprodução das relações sociais, sendo chamada pela burguesia para atuar no controle da classe trabalhadora. Tal controle se expressa no âmbito material – na execução de políticas sociais que garantem condições básicas para que a classe subalternizada esteja apta a produzir para o capital –, e na reprodução ideológica de valores que são necessários à manutenção da ordem burguesa. Porém, tal fundamento não exclui a possibilidade da execução de uma prática profissional do Serviço Social que seja redirecionada aos interesses históricos da classe trabalhadora, pois como apontam Iamamoto e Carvalho (2014, p.81), o Serviço Social “responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto”. Ou seja, Assistentes Sociais atendem a interesses conflitantes e antagônicos.

A intervenção estatal sobre a “questão social”⁸ via políticas sociais ocorre de forma fragmentada e parcializada, pois esta é a única forma possível do Estado burguês oferecer respostas à ela sem colocar em risco a ordem burguesa (Netto, 1996). Desvendar que as mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora têm origem em uma única raiz comum, seria assumir a exploração do trabalho pelo capital. Ao dar respostas parcializadas, ocultando a gênese da “questão social”, o Estado burguês atende a algumas reivindicações da classe trabalhadora na direção da produção de consenso. Além disso, garante que os

⁸ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (Iamamoto, 2014, p.83-84).

trabalhadores ativos e o exército de reserva se mantenham vivos e operando em condições favoráveis à dinâmica capitalista.

O que podemos depreender do estudo de obras clássicas sobre o surgimento do Serviço Social é que ele está alicerçado em uma demanda de conservação da ordem posta. O que funda esta profissão é o trato dado à “questão social”, a partir do processo político desencadeado numa fase específica do capitalismo que cria a necessidade e, por isso, a condição para a existência do Serviço Social. Logo, a demanda social para a institucionalização da profissão é conservadora⁹. Guerra (2018) coloca que a concepção de história como processo de avanços e retrocessos torna possível compreender que o conservadorismo, que marca o surgimento da profissão, não é algo superado, mas que se reatualiza e se refuncionaliza sob novas roupagens.

No Brasil, o Serviço Social surge como profissão com a expansão do capitalismo industrial e da urbanização, na década de 1930. Dentro do espectro conservador que marcou a gênese da profissão, podemos apontar a influência do modelo franco-belga, diretamente ligado à medicina social, na qual os condicionantes sociais eram considerados no processo saúde-doença, porém as expressões da “questão social” eram encaradas como desvios, desajustes, algo patológico e, portanto, passível de diagnóstico e tratamento (Scheffer, 2017). Neste cenário, em que a profissão esteve diretamente relacionada à Doutrina da Igreja Católica, também atuou junto às famílias da classe trabalhadora sob um viés moralizador. Essa atuação foi marcada pela adesão da categoria aos interesses da classe dominante, então representados pelo Estado nas suas políticas de inspiração nazi-

⁹ Exemplo disto são as requisições que se traduziam nas ações profissionais de Assistentes Sociais no surgimento na profissão: abordagem da “questão social” como problema moral e individual; ajuste de comportamento via “conscientização”; trabalho com as famílias enquanto esteio moral e combate à promiscuidade; aconselhamento para o ajustamento das moradias enquanto ambiente de ordem e asseio; ações educativas com os trabalhadores que visavam à construção de um ambiente de respeito às regras morais e de higiene, assim como o incentivo ao cuidado com os maquinários e matérias-primas, entre outras demandas conservadoras (Yazbek, 2018); (Guedes, 2001; 2022).

fascista (Horst; Mioto, 2017), higienista (Cunha; Nunes, 2020) e eugenista (Gonçalves, 2018).

Outra referência importante para compreender o espraiamento de correntes teóricas conservadoras no Serviço Social brasileiro vem dos Estados Unidos, com a influência de um movimento higienista que encontrava suporte no protestantismo e no darwinismo social. Mary Richmond¹⁰ se destacou como vanguarda intelectual ao sistematizar o que ficou conhecido como Serviço Social de Caso. Um fator interessante apontado por Scheffer (2017) na produção de Richmond é que a intelectual se pautou no modelo biomédico como forma de legitimar a cientificidade do Serviço Social no campo da saúde. Dessa forma, utilizava-se da clínica para justificar e analisar as expressões da “questão social” pautadas por padrões biológicos. Concebe-se ainda, o meio social como produtor de desajustes, sendo a “família desestruturada” e o ambiente em que se vive considerados como fatores que causam “problemas” aos indivíduos na convivência em sociedade. Tais posicionamentos trazem uma falsa neutralidade à profissão, pois não consideram a pobreza como produto da estrutura da sociedade capitalista, mas como resultado das escolhas individuais/particulares dos sujeitos.

Montaño e Guerra (2024) relacionam o pensamento de Mary Richmond com o pragmatismo. Para os autores, Richmond tenta dar status de profissão às práticas assistenciais, tecnificando-as e dotando-as de conhecimento. Este último traduzido no que Richmond denominava de diagnóstico social, por meio do qual eram analisadas as características pessoais/individuais do “cliente”, assim como as influências do meio social. Ou seja, buscava-se compreender a trajetória de cada indivíduo/família e como tais características rebatiam nas dificuldades/potencialidades que apresentavam. Nesse modelo ganha destaque a questão da experiência e a compreensão de que o conhecimento deve ser “extraído diretamente da prática profissional imediata” (Montaño; Guerra, 2024, p. 106).

¹⁰ Exerceu grande influência no Serviço Social brasileiro principalmente entre as décadas de 1940 e 1960.

Os autores seguem afirmando que nas proposições de Richmond, a ação direta entre Assistente Social e “cliente” reforça o relacionamento entre eles como instrumento preponderante para a reforma de comportamento dos sujeitos atendidos. “O comportamento desejado não é outro que o da (auto) responsabilização dos mesmos pela sua situação-problema, sob o discurso do estímulo à autonomia e respeito à individualização e autodeterminação do cliente” (Montaño; Guerra, 2024, p. 107).

Cunha e Nunes (2020) apontam a relação entre positivismo, higienismo e a prática clínica no Serviço Social. Ao retomarem a influência de Richmond sob a formação e trabalho do Serviço Social brasileiro afirmam que a autora traz em suas reflexões referências da psiquiatria e higiene mental. Segundo Cunha e Nunes (2020, p. 336):

no âmbito prático-operativo com a influência do higienismo, a base do serviço social é sincrética e funcional à reprodução ampliada da sociedade burguesa, por meio do discurso e da reiteração de procedimentos, de acordo com o receituário institucional — expresso em metas, objetivos específicos, prazos, público-alvo, planejamento, estatísticas, balanços, metodologias, terapia familiar e constelação.

Ainda nesta linha, Mota e Rodrigues (2020) afirmam que com as transformações societárias operadas pelo capitalismo nas últimas décadas devido à sua crise estrutural, que tem como uma de suas faces a contrarreforma do Estado, há a retomada do conservadorismo e a efervescência das terapias de ajustamentos no Serviço Social. É comum que em países de capitalismo periférico (como no Brasil) a fragilidade da democracia e a ausência de um histórico Estado de Bem-Estar Social, a ofensiva das forças econômicas ultraneoliberais demande um exacerbado conservadorismo reacionário e antidemocrático para gestão da barbárie. Essa lógica impacta sobremaneira a concepção e efetivação da proteção social.

Nesse lastro, o serviço social tem como base de fundamento o positivismo e uma prática baseada na higiene e no ajustamento daqueles que se encontravam à margem do processo de produção.

Essa prática com contornos clínicos atravessou a história do Serviço Social e na atual conjuntura de recrudescimento do conservadorismo tem ganhado densidade e apoio de profissionais, por meio de um movimento contrário ao projeto ético-político e a perspectiva crítica, chamado de Serviço Social Clínico (Cunha; Nunes, 2020, p.330).

Com essa articulação passaremos ao tópico posterior, onde trataremos de forma sucinta os processos sociais que vem fortalecendo projetos profissionais no campo conservador e tensionando o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social. Apontaremos ainda como essa tensão se traduz em tendências conservadoras no cotidiano profissional de Assistentes Sociais.

4. Tendências conservadoras no cotidiano profissional de Assistentes Sociais

Segundo Cunha e Nunes (2020, p.329):

Tem-se diante da conjuntura marcada pela contrarreforma do Estado e crise do capitalismo, um ambiente propício para proliferação de práticas conservadoras baseadas na clínica e na subjetividade, ou seja, um perfil de profissional contrário à perspectiva crítica, baseado em vertentes alinhadas ao conservadorismo que estiveram presentes nas protoformas da profissão, dentre essas, as influências higienistas.

Tal conservadorismo ganha novos contornos na última década com o ultraneoliberalismo, que no Brasil é demarcado pelos processos que culminam no Golpe de 2016, que inaugura o governo Temer (Mota; Rodrigues, 2020).

Note-se que o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um composto ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado (Mota; Rodrigues, 2020, p. 203).

As autoras trazem que apesar da heterogeneidade que marca o neoconservadorismo¹¹, a exaltação da família é marcada como um dos principais pontos de confluência (Mota; Rodrigues, 2020). Essa defesa ideológica é estratégica e se alia a pauta econômica, pois não se trata apenas de uma concepção retrógrada de família, mas também um chamamento à sua função protetiva, uma vez que o âmbito das políticas sociais oferece cada vez menos respostas de cuidado e proteção aos sujeitos, tendo em vista seu desmonte e precarização.

Ao acessarem pesquisas feitas com profissionais atuantes na política de Assistência Social, Horst e Miotto (2017) observam que é comum que os profissionais não tenham a compreensão da família numa teia de relações sociais mais amplas e complexas. Apontam a presença de uma concepção ideal de família por parte dos profissionais, que “atribuem aos próprios usuários a resolução pelos problemas vivenciados” (Horst; Miotto, 2017, p.238).

Cabe destacar que a persistência dessa perspectiva pautada numa cultura disciplinar se apresenta também nas próprias formulações das políticas sociais. Miotto (2015), ao analisar os documentos orientadores da política de assistência social, indica as contradições e as ambiguidades presentes nesses documentos, especialmente relacionados à concepção de matricialidade sociofamiliar e aos procedimentos a serem adotados com as famílias. Afirma que esses documentos favorecem, no cotidiano dos serviços socioassistenciais, interpretações a partir de

¹¹ Estamos trabalhando com a expressão “neoconservadorismo” a partir do que Mota e Rodrigues (2020) apontam em seu estudo. Como já demarcamos em momento anterior neste trabalho, trata-se sistema heterogêneo de ideias, mas que tem pontos em comum como: a exaltação da família tradicional, da propriedade privada, da lógica mercantil e do individualismo. Há também ataques no plano dos direitos individuais, trabalhistas, sociais e humanos. Marcado por um conteúdo moralista retrógrado (com influência do fundamentalismo religioso) que se alia à pauta econômica regressiva de ajuste fiscal e sucateamento das políticas sociais, o conservadorismo reacionário ganha novo contorno, potencialidade e capilaridade ao fazer “uso de ferramentas e estratégias high techs e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 204). Merece destaque ainda a permeabilidade desta ideologia nas classes subalternas via senso comum. Segundo as autoras, são também determinantes deste processo a desregulamentação e flexibilização das legislações trabalhistas, os movimentos de militarização da vida social, o apelo à anticorrupção, entre outros (Mota; Rodrigues, 2020).

construtos já consolidados em práticas tradicionais da assistência social (Horst; Miotto, 2017, p. 239).

Além disso, o pensamento de Castel (1998) e Rosanvallon (1998) é marca característica das políticas sociais brasileiras, em especial da política de Assistência Social. Sem a pretensão de simplificar o debate dos autores ou de igualá-los, o que podemos apreender é que ambos analisam a sociedade a partir da teoria social de Durkheim, o positivismo. Não possuem como objetivo trazer reflexões que possam contribuir com a ultrapassagem do modo de produção capitalista. Ao contrário, propõem ações nesta que entendem ser a sociedade possível, contribuindo para a sua conservação.

Problematizamos ainda a adesão de parcela da categoria, sob a influência das políticas sociais (em especial a de Assistência Social), ao debate francês da “questão social”, que tem na integração e na coesão social a resposta para o fenômeno, culminando na incorporação ao discurso profissional dos conceitos de risco, vulnerabilidade social e fortalecimento de vínculos sem a devida problematização de qual campo teórico denotam e a qual projeto de sociedade fortalecem.

Com base em Iamamoto (2014) afirmamos que compreender a “vulnerabilidade social” como uma questão de “risco” para uma determinada parcela da população vivenciar formas de violência e violações é uma percepção superficial, pois sob esta ótica, havendo políticas de distribuição de renda e intervenções junto às famílias por meio das políticas e programas sociais estariam postas as medidas necessárias para resolução dos conflitos e violações de direitos. Todavia, pautados numa abordagem marxista, compreendemos que a raiz das mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora não se encontra na esfera da distribuição, mas da produção. Entendemos que tais fenômenos têm origem na “questão social”, que tem sua anatomia desvendada através da Lei Geral da Acumulação Capitalista, descrita por Marx em O Capital (Rodrigues, 2025).

O risco de Assistentes Sociais basearem o seu exercício profissional nos direcionamentos da política social de forma legalista, normativa e irrefletida é contribuir para a correlação de forças que

fortalece a ordem burguesa. No que tange ao trabalho com famílias, especificamente, pode ocorrer responsabilização/culpabilização das mesmas para a garantia da “coesão social”. Segundo Guerra (2018) é preciso qualificar as respostas profissionais para além dos “manuais” elaborados no âmbito das políticas sociais que, por possuírem a natureza conservadora que já sinalizamos, servem a objetivos estranhos ao do Projeto Ético-Político hegemônico na profissão.

Partimos do pressuposto de que no contexto de retração do Estado, via precarização das políticas sociais como respostas às expressões da “questão social”, o que ganha espaço na atuação de Assistentes Sociais é a retomada de ações no campo moralista conservador - como o ajuste de comportamento dos sujeitos - presente em práticas como o Serviço Social Clínico. Segundo Cunha e Nunes (2020, p. 331):

A questão social volta, portanto, a ser compreendida pela burguesia enquanto caso de polícia e de higiene social capaz de ser resolvida apenas com o ajustamento dos indivíduos e limpeza das cidades. A política social, por sua vez, como instrumento de resposta utilizada pelo Estado para atender às demandas advindas da classe trabalhadora, nessa conjuntura de avanço do conservadorismo, retoma suas bases filantrópicas da caridade, do aconselhamento e ensinamento relacionado à higiene pessoal.

No tópico seguinte apresentaremos nossas considerações sobre um movimento organizado que se encontra no âmbito dos projetos profissionais conservadores do Serviço Social. O Serviço Social Clínico tem ganhado força, visibilidade e adesão na categoria no contexto supracitado, como mencionado.

5. O Serviço Social Clínico

Cunha e Nunes (2020) apresentam a relação do conservadorismo, em especial na sua vertente higienista, com o movimento do Serviço Social Clínico. Este último se apresenta como uma das princi-

tais expressões de projeto profissional conservador na atualidade (Paula, 2016); (Rodrigues, 2020) e vem sendo impulsionado pelas dinâmicas expostas acima.

A sustentação teórica que direciona o Serviço Social Clínico possui principalmente interferências da corrente fenomenológica (Scheffer, 2017) e do positivismo (Cunha; Nunes, 2020), além de suas reatualizações via pensamento pós-moderno. Logo, trata-se de um movimento marcado pelo ecletismo. Segundo Cunha e Nunes (2020, p. 332), “esse movimento é liderado por profissionais formados antes da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 e por estudantes, concluintes e assistentes sociais oriundos do ensino privado, majoritariamente, do ensino à distância”.

O elemento central do trabalho do Assistente Social, nessa proposição é a ajuda psicossocial, por meio da qual ouve e dialoga com o “cliente”. Segundo Scheffer (2017), o elemento da ajuda presente nessa corrente encontra forte traço na formação sócio-histórica brasileira, marcada pelo elemento do favor, sobressaindo à lógica do direito. Para Cunha e Nunes (2020, p. 332):

As críticas que sustentam esse movimento são ao projeto ético-político profissional, às Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 e, com isso, reivindicam o reconhecimento clínico, enquanto espaço sócio-ocupacional da profissão. Logo, defendem uma prática profissional pautada no autoconhecimento, na facilitação de acesso aos serviços da comunidade, na mudança subjetiva, no reforço da dinâmica interna de cada indivíduo, na autoestima, na ajuda para superação de crises, na potencialização da força da vida interna e apresentam como aportes teórico-metodológicos as vertentes teóricas da Psicanálise, Psicoteologia, Teoria Sistêmica, Teoria Construtivista, Antropologia Cultural, a Psicoteologia, entre outras derivações.

Paula (2016) nos mostra que essa imagem/autoimagem de profissão defendida pelos representantes do Serviço Social Clínico é problemática porque despolitiza circunstâncias objetivas da vida dos sujeitos, que são produzidas e reproduzidas de forma estrutural na sociedade burguesa. Ou seja, tal movimento se propõe a um

diagnóstico/tratamento social no campo da adaptação à ordem posta, colocando os sujeitos como disfuncionais a ela. O higienismo é um elemento central de atuação nessa perspectiva, uma vez que:

Com sua base teórica comprometida com o desenvolvimento e manutenção do capitalismo, defende que todos os organismos descendem, com modificações, de ancestrais comuns e o principal agente de modificações é a ação da sua origem natural sobre as variações individuais. Resumidamente, a pobreza é biológica e não pode ser modificada, a possibilidade nessas situações é o ajustamento e o enquadramento, e isso é possível com o uso da terapia (Cunha; Nunes, 2020, p.333).

A formação generalista em Serviço Social - assegurada por meio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 - nos permite fazer a análise dos fenômenos que aparecem de forma fragmentada e superficial no cotidiano do público que atendemos, como expressões de uma dinâmica estrutural, que é a forma como o capital se apropria do trabalho alheio, produzindo e reproduzindo desigualdades. Por fazermos essa leitura de realidade, pautada numa perspectiva marxista, não é coerente compreender que as dificuldades/precariedades pelas quais passa a classe trabalhadora são resultado de seus traumas emocionais, como sugerem Assistentes Sociais alicerçados na perspectiva do Serviço Social Clínico.

Entendemos que essas especializações (como a clínica) são muito sedutoras para profissionais que buscam, no sentido literal, um modelo de atuação, por não compreenderem o objetivo da nossa formação generalista. Nessa perspectiva, é como se o aperfeiçoamento fosse capaz de responder ao “como fazer” e fornecer as ferramentas necessárias para uma intervenção prática. A partir dessa concepção, a formação crítica não seria capaz de oferecer tais ferramentas. Essa frustração pode residir no fato de que muitas vezes o que se espera da teoria é que ela automaticamente vá produzir instrumentos de intervenção, quando na verdade ela é responsável por nos permitir uma melhor compreensão da realidade – compreensão esta necessária para a criação dos mecanismos de intervenção (Santos, 2010).

Scheffer (2017) relata que os defensores do Serviço Social Clínico no Brasil utilizam em sua defesa as experiências em outros países, onde as práticas terapêuticas no Serviço Social são reconhecidas. Essa importação da experiência seria uma forma de ampliação do mercado de trabalho, na visão destes profissionais. Não é coincidência, portanto, o fato de os Sindicatos de Assistentes Sociais serem um dos principais defensores do Serviço Social Clínico¹². Porém, conforme nos aponta Paula (2016), a própria organização de Assistentes Sociais em sindicatos é um ponto problemático para a profissão na atualidade¹³. Em sua obra, a autora sinaliza o papel que hoje cumpre a FENAS (Federação Nacional dos Assistentes Sociais), criada em 2000 com o objetivo de reorganizar a categoria no âmbito político e sindical. Essa instituição contraria uma decisão tomada pela categoria em 1989, momento no qual se optou pela organização por ramo de atividade, com o intuito de fortalecer a luta coletiva da classe trabalhadora, o que corrobora com o objetivo final do projeto de sociedade ao qual Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social se alia que é a superação da ordem capitalista.

A FENAS defende que a organização de Assistentes Sociais em sindicatos da categoria é necessária, dada a precarização das relações/condições/organização do trabalho vivenciadas pela

¹² Essa e outras considerações que serão apresentadas posteriormente foram extraídas dos registros audiovisuais do “II Seminário Serviço Social Clínico - Um Debate Inadiável” promovido pelo Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS) no dia 24 de maio de 2018. Realizamos a análise completa do material no trabalho de conclusão de curso de residência (Rodrigues, 2020) e em artigo publicado em conjunto com a orientadora do referido trabalho na Revista Conexões Geraes do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Rodrigues; Paula, 2021).

¹³ A polêmica em torno da organização político-sindical dos Assistentes Sociais reside no fato de que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que no fim da década de 1980 eram importantes intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e possuíam como princípio a revolução socialista, passaram por uma mutação relacionada com sua busca e chegada ao poder, que redirecionou totalmente a essência do partido e da central sindical. O PT e a CUT então, em nome de uma governabilidade, se institucionalizam, se burocratizam e perdem seu potencial revolucionário presente no sindicalismo de base (Paula, 2016). Dessa forma, a organização por ramo de atividade foi algo que se perdeu durante o caminho, ficando inconclusa, de fato.

profissão. Acontece que a FENAS possui como objetivo profissional outro projeto que não é aquele defendido hegemonicamente pela categoria. A referida organização pauta a atuação profissional do Serviço Social no objetivo da política social, em especial na política de Assistência Social, com destaque para o Programa Bolsa Família (Paula, 2016).

Vimos, com base em Netto (1996) e Iamamoto e Carvalho (2014) que as políticas sociais no capitalismo não nascem isentas de contradições, ao mesmo tempo em que são o resultado da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, também são uma estratégia do Estado e da burguesia para atuar no controle do proletariado, pois contribuem para a reprodução material e ideológica da força de trabalho.

Feitas essas breves retomadas, pontuamos que a defesa da prática clínica enquanto ampliação do mercado de trabalho para a profissão é corporativista, pois visa um suposto “benefício” para a categoria sem refletir sobre os danos que tal projeto traz à história, legado e imagem do Serviço Social. Essas intervenções fazem parte de um projeto que descaracteriza o papel político, teórico e operacional que a profissão assume na realidade brasileira. Nas palavras de Iamamoto (2014, p.227):

[...] o projeto profissional (crítico) não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo. Não está exclusivamente voltado para a obtenção da legitimidade e status da categoria na sociedade inclusiva – e no mercado de trabalho em particular – de modo a obter vantagens instrumentais (salários, prestígio, reconhecimento de poder no conceito das profissões). Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade.

A citação da autora traz a clareza necessária para tratar de nossas reivindicações enquanto categoria: a percepção de que elas

devem estar articuladas ao conjunto de lutas sociais da classe trabalhadora, uma vez que é com este avanço coletivo que o Projeto Ético-Político hegemônico se compromete. Também nos leva a problematizar o argumento de que as práticas terapêuticas podem e devem coexistir com o Projeto Ético-Político hegemônico. Os setores que pautam essa defesa trazem à tona o pluralismo que esse projeto assegura, porém de forma equivocada, confundindo-o com o ecletismo.

Iamamoto (2014, p. 227) aponta:

[...] o pluralismo propugnado não se identifica com sua versão liberal, na qual todas as tendências profissionais são tidas como supostamente paritárias, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão e os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, polarizados seja pelos interesses do grande capital, seja pela construção da unidade política dos trabalhadores enquanto classe.

Os patronos do Serviço Social Clínico afirmam ainda que ele se destina às pessoas que lutam por uma vida digna e fracassam, como se a ausência do que se tem construído pela imagem de uma vida bem-sucedida na sociedade capitalista fosse culpa dos sujeitos que pela própria organização das relações sociais estão privados de acessar posições privilegiadas. Como aponta Netto (1996, p.45), “ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral [...] - e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais”.

Sob a perspectiva do Projeto Ético-Político hegemônico o “fracasso” não é dos sujeitos sociais e não se expressa nas suas vidas particulares. Ele é uma característica do capitalismo contemporâneo, enquanto um emaranhado de relações sociais moldadas por um modo de produção que já se revelou fracassado. Hoje, mais do que nunca, para se manter, visando a sua reprodução ampliada, o capital intensifica sua destruição em relação à natureza e à humanidade. A crise que enfrentamos desde o final do século XX é, nos termos de Mészáros (2009), uma crise estrutural que releva todo o fracasso e toda a incompetência

do modo de produção pautado na lógica do capital em cumprir suas promessas civilizatórias. Portanto, a solução não consiste na alteração dos comportamentos dos indivíduos para que eles melhor se adequem à ordem burguesa, mas, justamente da destruição da lógica do capital para a construção de uma nova sociabilidade verdadeiramente humana.

Por fim, buscamos em Netto (2016), a sustentação de que é preciso conhecer a história de nossa profissão, assim como estudar as tendências neoconservadoras que vem se atualizando no cenário de acirramento da “questão social”, onde suas expressões assumem formas cada vez mais diversas e as requisições profissionais também vão se modificando. Entendemos que não se pode enfrentar aquilo que não se conhece, pois é preciso reunir argumentos sólidos na defesa cotidiana do Projeto Ético-Político hegemônico, de forma a viabilizar uma adesão cada vez mais consciente dos profissionais aos seus princípios.

6. Considerações Finais

Caminhamos para o fim dessas reflexões sumárias com a convicção de que o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social na atualidade enfrenta inúmeros desafios para seu fortalecimento. Esses desafios se apresentam metamorfoseados, aparentemente novos, mas retomam velhas práticas, referenciais e princípios que marcam a trajetória histórica da profissão. Combinam-se com as tendências características do tempo presente e se relacionam com o contexto econômico, político e cultural. Logo, o recrudescimento do conservadorismo e sua atualização, o neoconservadorismo, servem à necessidade de preservação do capital. Além disso, são a contraface da retração do Estado via contrarreforma no âmbito das políticas sociais.

Neste cenário, marcado por políticas sociais focalistas e precarizadas, a atuação profissional de Assistentes Sociais vem se tornando cada vez mais limitada aos manuais, procedimentos operacionais padrão, tipificações e outros modelos de intervenção pré-fabricados sob uma lógica pragmática, asséptica e desprovida de criticidade. Uma vez que as políticas sociais não oferecem condições

objetivas reais de intervenção nas expressões da “questão social”, o que resta aos profissionais é a atuação no âmbito do ajustamento de comportamentos e na psicologização das relações sociais.

Sob esta lógica ganha destaque o Serviço Social Clínico e as práticas terapêuticas, movimento organizado com adeptos principalmente entre os representantes dos Sindicatos de Assistentes Sociais e de profissionais graduados pelo ensino à distância. Mas não só. A prática clínica é marcada pela moralização, naturalização e psicologização da “questão social” e por vezes essa defesa é feita de forma explícita. Entretanto, ela também pode aparecer escamoteada de defesa ao pluralismo, como se dela fosse possível extrair apenas “o que convém”.

É comum que as práticas terapêuticas apareçam como a única ponte possível para alcançar a subjetividade dos sujeitos que atendemos, tal como ocorre com as discussões “identitárias” feitas via pensamento pós-moderno. Encerramos com a clareza de que tal como nos aponta Netto (2016) é preciso conhecer esses movimentos para enfrentá-los. Somente com o pensamento marxista é que alcançamos os fundamentos da realidade e que temos condições de atuar nela numa perspectiva de contribuição para o tensionamento da sociabilidade burguesa e das mazelas que lhe são inerentes.

Referências

CARDOSO, P. F. G. **Ética e Projetos Profissionais**: Os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Papel Social, 1ª edição, Campinas, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Petrópolis. Vozes. Capítulo VIII.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões éticas e políticas. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. **Cadernos ABESS**, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991.

CUNHA, A. D.; NUNES, A. Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico: implicações para o projeto ético-político profissional. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 328-350. jul./dez.. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/31729/21663>. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**. Florianópolis. v. 21. nº 3. p. 514-522. set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxRR-WwjFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de janeiro de 2026.

GUEDES, O. A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 4, n. 1, p. 7-25, jul./dez. 2001.

GUEDES, O. O neotomismo de Jacques Maritain: suas influências no Serviço Social brasileiro. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Socialis Editora, 2022, p. 143-170.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: Reflexões preliminares. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/YC4WByMy9S8rWF7qwRZff8y/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 de novembro de 2025.

GUERRA, Y. A. D. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. et al. (Org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p.25-46.

GUERRA, Y. A. D. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M; ANACLETO, T. F. M.; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o Trabalho com Famílias: renovação ou conservadorismo. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2017, nº 40, vol. 15, p.228-246.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. GUERRA, Y. **Serviço Social Crítico: Teoria e Prática - Uma análise dos Fundamentos do Serviço Social para uma construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão**. Campinas: Papel Social, 2024.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212. maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de julho de 2025.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.) **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. O. (Org.) **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e Táticas**: Reflexões no Campo do Serviço Social. 1ª Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2016.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. L. O. (Org.) **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RODRIGUES, A. C. N. **Reflexões Críticas sobre o Serviço Social Clínico enquanto Projeto de Profissão**: uma análise de seus fundamentos históricos e suas expressões na atualidade. Trabalho de Conclusão de Residência. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/huresidencia/files/2020/06/Ana-Carolina-do-Nascimento-Rodrigues.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

RODRIGUES, A. C. N.; PAULA, L. G. P. Serviço Social e Práticas Terapêuticas: uma tendência reatualizada em tempos de pandemia. **Revista Conexões Geraes**. CRESS-MG, Belo Horizonte, Dez./2021. p. 31-42. Disponível em: https://www.cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2021/12/RCG_-_DEZ21.pdf. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

RODRIGUES, A. C. N. Fundamentos do Serviço Social: A “questão social” no centro do debate. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 595-610, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/49594/30023>. Acesso em: 30 de janeiro de 2026.

ROSANVALLON, P. **A Nova Questão Social**: Repensando o Estado Providência. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, C. M. dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

SCHEFFER, G. Subsídios Históricos para Crítica dos Fundamentos do Serviço Social Clínico no Brasil. In: DUARTE, M. J. O.; PASSOS,

R.G.; GOMES, T. M. S. (Org). **Serviço Social, Saúde Mental e Drogas**. Ed. Papel Social, São Paulo: 2017.

SEGUNDO SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. SASSERS Sindicato. Transmitido ao vivo em 24 de maio de 2018. Porto Alegre: Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul, 2018. 296 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&app=desktop&v=KvjgKdP20GY>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2026.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et. all.* (org). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-84.